

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

– Quais as vantagens dessa mudança?

– São muitas, mas destacaremos algumas, sem aprofundar os detalhes porque pouca gente leria sua longa entrevista:

A principal vantagem é a simplificação ortográfica, que facilitará a vida de nossos filhos e netos, dispensando-os de decorar muitas regras que não podem ser justificadas racionalmente. Para se ter uma ideia do quanto foi simplificadora esta reforma, não foi acrescentado um acento sequer, na ortografia, mas apenas retirados numerosos. Além disso, os critérios para se acentuar graficamente as palavras passaram a ser muito mais racionais, libertando os professores da humilhante situação de ter que dizer que tal ou qual palavra se acentua graficamente porque é assim que está na gramática.

Litros e litros de tinta serão economizados na impressão de textos que deixarão de ter “consoantes mudas” e acentos gráficos desnecessários.

Ninguém precisará mais explicar quando usar o trema, nem que teria de colocar acento em palavras como “argúí” ou “agúe”, que não se justifica fonética nem etimologicamente, nem os despropostos acentos de “vôo”, “enjôo” etc. ou de “vêem”, “lêem” e similares, que eram uma agressão à inteligência das crianças e de todos os usuários inteligentes da língua portuguesa escrita.

Já pensou que loucura era uma regra ortográfica que dizia que “se acentuam o ‘u’ e o ‘i’ quando são a segunda vogal tônica de um hiato” e davam como exemplos, entre outros, palavras como “feiúra” e “Bocaiúva”, em que o ‘u’ está depois de uma semivogal? E aí? A semivogal ‘i’ seguido da vogal ‘u’ passariam a formar um hiato? Pobre do professor que ainda usava a razão e a inteligência!...

Há muitos outros casos similares ainda, que não convêm ser tratados aqui, porque isto não é um ensaio para professores de ortografia.

Economicamente, o acordo levará o Brasil a ampliar seu mercado editorial em toda a Europa e Ásia, que consomem mais livros portugueses que brasileiros, apesar de termos uma população quase vinte vezes maior que a de Portugal. Com isto, os livros ficarão mais baratos também para nós, porque, a médio prazo, a indústria editorial

DEPARTAMENTO DE LETRAS

diminuirá quase pela metade o seu custo. E o dinheiro público que é investido na compra de livros didáticos e paradidáticos para as escolas públicas brasileiras terá sobra para equipar melhor as bibliotecas escolares.

Diplomaticamente, facilitará o trânsito de documentos nas embaixadas brasileiras e nos organismos internacionais, que sempre tiveram de ser redigidos em duas versões porque a língua portuguesa ainda tem duas ortografias (a brasileira e a lusitana).

Para a difusão da cultura brasileira no mundo, poderemos, agora, utilizar com maior sucesso os recursos virtuais, seja para a Educação a Distância seja para a distribuição de livros e panfletos fora do país, pois todos os que souberem ler em português conhecerão uma única ortografia.

– *Quais as desvantagens dela?*

– Desvantagens?!.. Ah, sim!... Há os que tradicionalistas e preguiçosos que não querem mudar o que já aprenderam ou pensam que aprenderam. Aliás, ainda não conheço uma pessoa sequer que me afirmasse ser capaz de usar corretamente a hifenização na escrita sem recorrer ao dicionário, exceto com as palavras já costumeiras. Mas, com as novas regras, ficam renitentes porque foram mudadas algumas daquelas que conheciam.

Na verdade, a ortografia é fixada em nossa mente desde os primeiros anos da escola e, mudar, assim, de uma hora para outra, não é fácil. Nossa geração, terá de fazer um sacrifício heroico para facilitar a vida da próxima, que está na primeira fase do ensino fundamental agora.

Neste ano de 2009, os professores, jornalistas e secretários estão se reciclando. Até 2012, secretários ainda poderão utilizar qualquer das duas grafias sem serem condenados, os jornalistas e professores, não. A partir de 2010 os alunos aprenderão em livros escritos na nova ortografia e os professores serão alertados pelos próprios alunos quando continuarem a escrever à antiga, pois eles assimilarão mais rapidamente as novas regras do que os próprios professores.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

– O que ela mudará na realidade das editoras?

– Muito, mas somente na equipe de revisão e copidesque aumentará o trabalho para produzir um livro. Aumentará, porque os autores ainda não assimilaram a nova ortografia e terão muito mais erros para eles reverem.

Em compensação, aumentará o número de livros editados e reeditados, trazendo-lhes mais lucro e, naturalmente, mais emprego para quem se preparar rápido para esse crescente mercado de trabalho. Também haverá um aumento de atividades nas gráficas, pois os novos livros poderão ter tiragens maiores, com a natural abertura do mercado exterior para nossos livros, que se tornará mais evidente em 2012, quando Portugal começará a implementar o Acordo.

– Como surgiu a ideia de lançar um livro sobre este assunto?

– José Pereira da Silva – Eu nunca tive a ideia de lançar um livro sobre este assunto. Um editor, incentivado por um meu ex-aluno, convidou-me para escrever esse livro, baseado no fato de que eu sempre estive ativo nos debates sobre o tema e já havia disponibilizado na Internet uma antologia de textos acadêmicos e jornalísticos sobre o assunto⁵². Anteriormente, já havia escrito pequenos artigos e participado de alguns debates sobre o Acordo Ortográfico. Apenas isso.

– Como foi o processo de pesquisa dele?

– Na verdade, minhas pesquisas sobre a ortografia e sobre o Acordo Ortográfico vêm desde 1996, quando fui convidado para participar da banca de exame de tese de doutorado do Professor Afrânio da Silva Garcia, que escreveu a *História da Ortografia do Português do Brasil*. Depois disso, o fato de participar como Consultor da Diretoria de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro me colocou numerosas vezes nos debates sobre o tema na mídia impressa, radiofônica e televisiva, atraindo-me, naturalmente.

⁵² Cf. <http://www.filologia.org.br/pereira/textos/AOLP.pdf>

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Afora isto, minha atuação docente na Universidade tem sido ligada sempre à história da língua portuguesa e à ecdótica (ou edição de textos), além de atuar como Coordenador de Publicações em meu Departamento e como editor do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) e da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL). Como se vê, caí na rede, muito inocentemente, depois de bastante envolvido em atividades similares.

– Por qual processo a sociedade deverá passar para se adaptar a essa mudança na língua portuguesa?

– Vários passos já foram dados, Clarissa. Outros vários estão em andamento. Estamos começando a reciclagem dos profissionais da língua escrita: isto continuará até o final deste ano de 2009. As editoras estão preparando os livros didáticos e paradidáticos para a escola, que começará efetivamente a atuar em 2010. As universidades, os sindicatos e as prefeituras estão reciclando os professores e demais profissionais, sendo que os professores têm mais pressa, pois terão de enfrentar os alunos já no ano que vem, enquanto muitos dos demais profissionais contarão com uma tolerância um pouco maior.

Mas é bom evitar a expressão que você usou, pois não houve nem haverá nenhuma mudança na língua portuguesa por causa desse acordo. O que mudará é apenas a ortografia. Tudo o mais continuará como antes, seguindo, naturalmente o processo de evolução da língua. O Acordo não é para uma mudança na língua, mas apenas na ortografia.

– Quanto ao acordo, todos os países envolvidos já acata-ram? Como está a situação de Portugal nesse processo?

– Apenas quatro dos oito países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Brasil, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Os outros quatro ainda não concluíram o processo: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste.

Os portugueses já estabeleceram, inclusive, o período em que o Acordo será implementado, que será em seis anos a partir de 2012.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

– O Brasil se precipitou ao colocar em vigência essa lei?

– De maneira nenhuma, Clarissa. O governo brasileiro foi, inclusive, muito diplomático, pois já poderia ter feito isto a partir de janeiro de 2007, quando o terceiro país do grupo (São Tomé e Príncipe) concluiu seu processo burocrático. Isto não foi feito porque se resolveu aguardar a aprovação dos portugueses, para não haver pressão sobre eles.

Lembre-se que a discussão desse acordo começou na década de 70, já foi aprovado duas vezes pelos negociadores antes da versão de 1990 e que já faz dezenove anos que o texto atual foi aprovado. Desde a primeira versão do documento (1975) até o desfecho no Brasil, foram 33 anos (tempo suficiente para um homem nascer, morrer e ressuscitar) e, depois de aprovado (1990), foram dezoito anos (idade com que já se tem maioridade).

Além disso, o governo brasileiro se preparou bem, conseguindo amplo apoio da imprensa e investindo bilhões em livros didáticos já aprovados desde julho de 2008.

Não houve precipitação. Está correndo tudo dentro de uma calma normalidade.

– De que forma o seu livro pode ajudar na compreensão das mudanças?

– O livro *A Nova Ortografia da Língua Portuguesa* foi preparada para ser usado pelos profissionais da língua escrita: professores, jornalistas, revisores, secretários etc. e pelos estudantes que estão se preparando para estas profissões. Na sala de aula de ensino fundamental e médio, por exemplo, o professor poderá utilizá-lo como manual de consulta e para preparar aulas e exercícios, já que traz uma boa bateria deles acompanhada de gabarito, mas jamais como livro-texto.

Ali expusemos uma síntese das modificações ocorridas, uma sugestão didática para ensinar mais facilmente acentuação gráfica e hifenização, a história sintética da ortografia e dos acordos ortográficos, o texto completo do documento acompanhado de anotações e

DEPARTAMENTO DE LETRAS

comentários, as justificativas do acordo, exercícios e gabaritos desses exercícios.

Acreditamos ser o livro ideal, por exemplo, para os profissionais e estudantes de Letras, Pedagogia, Educação, Comunicação, Jornalismo, Secretariado etc.

– O que tem gerado tantas controvérsias a respeito do uso do hífen?

– É o conhecimento que gera a dúvida. Quem nada sabe sobre um assunto não tem dúvidas sobre ele. Antes desse acordo, quem se arriscava a discutir publicamente as regras de hifenização. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa trouxe alguma luz sobre o assunto, apesar de não resolver todos os seus problemas. Por isto, agora é possível opinar sobre um ou outro hífen que é ou não defensável, pois algumas regras coerentes foram estabelecidas, simplificando o sistema ortográfico.

É bom lembrar que a situação da hifenização estava tão caótica anteriormente que ninguém, de nenhum dos lados do Atlântico, tinha uma proposta a defender. Por isto, os filólogos e linguistas pesquisaram os melhores dicionários, uma seleção de livros e periódicos de editoras conceituadas e estabeleceram as regras com base em uma estatística do uso.

Pensou-se em estabelecer uma solução definitivamente simplificadora para o caso, mas, considerando-se a natureza política do Acordo, decidiu-se por um meio termo, resolvendo-se a maioria dos casos e reduzindo-se significativamente a confusão anterior.

Uma solução definitiva talvez fosse a eliminação completa do hífen, mas isto traria uma grita geral que, seguramente, impediria a implementação do acordo.

Esperemos que de uma próxima vez (daqui a duas ou três gerações), essa questão seja resolvida definitivamente. Infelizmente, é pouco provável que eu esteja presente para discutir o assunto.